



CARNAVAL DO RIO VAI DEIXAR SAUDADES

Recuperação turística é uma realidade, mas ainda há o que melhorar.
Por Bayard Do Coutto Boiteux, **página 2**



REFORMA TRIBUTÁRIA, SUCESSÃO E GOVERNANÇA

Impacto no planejamento sucessório de empresas de qualquer tamanho.
Por João Roberto Benites, **página 2**



EUA: SALDO NEGATIVO EM RENDA PRIMÁRIA

Trump também admite que investimentos internacionais estão 2x piores.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Juros altos impedem queda de R\$ 8,641 tri da Dívida Pública

Os juros altos impediram a queda da Dívida Pública Federal (DPF) em janeiro, mesmo com grande vencimento de papéis prefixados. Segundo números divulgados nesta quarta-feira pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,635 trilhões em dezembro para R\$ 8,641 trilhões no mês passado, alta de 0,07%.

Em agosto do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 8 trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), divulgado em janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,3 trilhões e R\$ 10,3 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) avançou 0,26%, passando de R\$ 8,309 trilhões em dezembro para R\$ 8,33 trilhões em janeiro. No mês passado, o Tesouro resgatou R\$ 67,02 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis vinculados à Selic. Esse resgate líquido, em entanto, foi compensado pela apropriação de R\$ 88,53 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 15% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 145,87 bilhões em títulos da DPMFi. No entanto, com o alto volume de vencimentos de títulos prefixados em janeiro, típicos do início de cada trimestre, os resgates somaram R\$ 212,89 bilhões.

A Dívida Pública Federal externa (DPFe) caiu 4,75%, passando de R\$ 326,07 bilhões em dezembro para R\$ 310,59 bilhões em janeiro. O principal fator foi o recuo de 4,95% do dólar no mês passado, em meio ao alívio no mercado financeiro no último mês.

Pelo segundo mês seguido, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) caiu. Essa reserva passou de R\$ 1,187 trilhão em dezembro para R\$ 1,085 trilhão no mês passado. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi o resgate líquido (resgates menos emissões) no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 6,77 meses de vencimentos da dívida pública, o menor prazo desde março do ano passado. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,424 trilhão em títulos federais. A expectativa é que as reservas subam nos próximos meses, por causa do baixo volume de vencimentos.

EUA aumentarão tarifas para 15% ou mais para alguns países

País ameaça com investigação sobre práticas desleais

A recente tarifa global de 10%, que Washington aplica desde terça-feira (24), após o revés na Suprema Corte à política comercial de Donald Trump, subirá para 15% ou até mais para alguns países, segundo adiantou o representante comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer.

“No momento, temos uma tarifa de 10%. Ela subirá para 15% para alguns e depois poderá aumentar”, comentou Greer durante uma entrevista à Fox News, divulgada pela Europa Press, antecipando que elas estarão em linha com as taxas tarifárias que têm sido vistas.

Para a “reconstrução” da política comercial da Casa Branca, Greer apontou que Washington dispõe de diferentes alternativas, como a seção 122 da Lei de Comércio de 1974, que aborda o déficit da balança de pagamentos, bem como a seção 301, que permite ao Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos investigar práticas comerciais desleais país por país. O Brasil está sendo investigado no âmbito da seção 301.

“Identificamos muitas delas”, alertou Greer, referindo-se a casos



Hu Yousong/Xinhua

de trabalho forçado em cadeias de abastecimento, países com excesso de capacidade industrial, bem como discriminação contra empresas americanas de tecnologia digital ou subsídios ao arroz ou frutos do mar, entre outros.

Nesse sentido, explicou que “isso funciona por meio de investigações públicas” e, se os países envolvidos não resolverem os problemas apontados, “o presidente pode impor uma tarifa”. “Ele tem ampla margem de manobra”, acrescentou Greer.

No entanto, o representante estadunidense expressou sua confiança de que “isso só ocorreria se os países descumprissem seus acordos ou intensificassem es-

sas práticas comerciais desleais”, apontando que as investigações amparadas na Seção 301 seriam o mecanismo para garantir o cumprimento dos acordos pelos países.

No caso da China, o representante comercial dos EUA pressupõe que Pequim entenderá que haverá “um certo nível de tarifas”, lembrando que as tarifas aplicadas ao gigante asiático oscilaram, após os acordos entre Washington e Pequim, entre 35%, 40% e 50%, dependendo do produto. “Esperamos que esse nível se mantenha. Não temos intenção de aumentar além disso. Pretendemos manter-nos fiéis ao acordo que tínhamos antes”, afirmou.

Famílias e empresas sentem juros mais elevados em janeiro

Taxa do cartão de crédito rotativo é de 424,5% a.a

As Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgadas nesta quarta-feira, pelo Banco Central (BC) apontam que os juros médios para as famílias e empresas continuaram subindo em janeiro deste ano. Para as pessoas físicas, a taxa média de juros alcançou 61% ao ano, com acréscimos de 0,9 ponto percentual (p.p.), no mês, e de 6,7 p.p., em 12 meses.

De acordo com as Estatísticas, um dos destaques é a elevação da taxa das operações de cartão de crédito parcelado, com alta de 6,8 p.p., no mês, e de 17,7 p.p., em 12 meses, alcançando 194,9% ao ano.

A carteira de cartão de crédito rotativo ainda opera com os juros mais elevados do mercado. Apesar do recuo de 13,7 p.p., no

mês, e de 26,3 p.p., em 12 meses, a taxa do cartão rotativo ficou em 424,5% ao ano em janeiro.

Segundo o estudo, outros destaques nas operações para pessoas físicas, em janeiro, são as altas nas taxas de crédito pessoal não consignado (1,5 p.p.), financiamento para aquisição de veículos (1,3 p.p.) e crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor privado (1,2 p.p.).

No caso das operações com empresas, a taxa média situou-se em 25,2% ao ano no fim de janeiro, com acréscimo de 1,6 p.p., no mês, e 1,1 p.p., em 12 meses.

Em janeiro, esse desempenho foi influenciado, basicamente, pelo aumento sazonal das taxas médias de desconto de duplicatas e outros recebíveis (0,9 p.p.) e pelo incremento de outras modalida-

des, como capital de giro com prazo superior a 365 dias (1,8 p.p.), cheque especial (25,9 p.p.) e cartão rotativo (63,9 p.p.).

Essas são as taxas no crédito livre, nas quais os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes.

Já o crédito direcionado — com regras definidas pelo governo — é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa média para pessoas físicas ficou em 11,2% ao ano, estável no mês e com redução de 0,1 p.p., em 12 meses. Para empresas, os juros subiram 0,8 p.p., no mês, e caíram 0,7 p.p., em 12 meses, para 13% ao ano.

Setor aéreo: melhor Carnaval em 25 anos

O transporte aéreo brasileiro registrou um dos maiores movimentos de sua história durante o Carnaval de 2026. O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) aguarda dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que podem confirmar que foi o melhor desempenho para o período em 25 anos.

De acordo com estimativa técnica elaborada pelo Ministério pela Anac, cerca de 2,1 milhões de passageiros foram transportados de avião pelo país em voos domésticos e internacionais entre 13 e 18 de fevereiro. O período compreende a sexta-feira que antecede o feriado e a Quarta-feira de Cinzas.

O volume representa um crescimento estimado entre 10% e 11% em relação ao Carnaval de 2025, quando foram registrados 1.888.609 passageiros no mesmo intervalo. A consolidação final está prevista para março.

O Aeroporto de Guarulhos (SP) apresentou cerca de 1,1 milhão de viajantes entre os dias 13 e 20. O Galeão (RJ) registrou aproximadamente 599 mil passageiros entre 13 e 22. Salvador movimentou cerca de 309 mil passageiros, entre 11 e 22 de fevereiro; no Aeroporto de Fortaleza, foram cerca de 100 mil passageiros, entre 13 e 18 de fevereiro. No Aeroporto Santos Dumont (RJ), foram aproximadamente 110,9 mil passageiros também entre 13 e 18 de fevereiro.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho: “Esse crescimento no Carnaval de 2026 mostra que o brasileiro está voando mais”.

COTAÇÕES	
Dólar Comercial	R\$ 5,1440
Dólar Turismo	R\$ 5,3184
Euro	R\$ 6,0735
Iuan	R\$ 0,7500
Ouro (gr)	R\$ 862,47

ÍNDICES	
IGP-M	0,41% (janeiro) -0,01% (dezembro)
IPCA-E	RJ (setembro) 0,55% SP (setembro) 0,60%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

Rio, um Carnaval que vai deixar saudades

Por Bayard Do Coutto Boiteux

Mais um Carnaval para a história do Rio de Janeiro. Muitos acertos e necessidade de realinhar várias ações. A recuperação turística do produto Rio é uma realidade: Embratur priorizando o produto ícone de nosso turismo e tentando acabar com a briga política do Estado e Prefeitura que acaba prejudicando melhores resultados ainda, com uma iniciativa privada calada.

Uma ocupação hoteleira de mais de 95% é um fato a comemorar, com 340 mil turistas estrangeiros e um Sambódromo que a cada ano introduz novidades e se mostra à frente do seu tempo. No quesito organização dos desfiles, controle da pista, tudo funcionou muito bem. O primeiro problema surgiu nos camarotes, que estavam, via de regra, com uma ocupação maior

do que o possível. Com ingressos caríssimos, os foliões ficaram espremidos, com dificuldade inclusive para acessar os banheiros e circular. Uma fiscalização é necessária e vital para uma capacidade de carga real.

Os turistas acabam não se concentrando mais num único setor. As agências que operam o receptivo acabam comprando ingressos em vários setores, o que dificulta uma atenção especial para os que nos visitam. Falta uma sistematização na Passarela do atendimento, com credenciamento de quem ali se encontra para trabalhar e não circular, fotografar e aproveitar a credencial para dar visibilidade pessoal. Há ainda falhas na concessão de credenciais, pois os organizadores não têm como checar cada solicitação.

Os blocos estão crescendo, tanto os formais como informais de maneira nunca vista. Os foliões acabam invadindo marquises, urinando nas ruas, pois a

infraestrutura colocada à disposição se tornou insuficiente. Fora algumas áreas do Centro e da Zona Sul, que acabam aprisionando moradores de uma parte da cidade. A Prefeitura precisa iniciar o quanto antes um novo planejamento, levando os blocos para novas áreas, como o Parque Rita Lee, por exemplo, na Barra Olímpica.

Recuperação turística é uma realidade, mas ainda há o que melhorar

Os bailes sobrevivem sem nenhuma criatividade, assim como as feijoadas. Devo confessar que a única exceção que vi foi do Fairmont Copacabana, que realizou pela segunda vez um baile de máscaras. Tudo foi pensado por uma equipe antenada com os novos conceitos de entretenimento. O check in rápido e gentil por QRcode, dentro de

um dos mais seguros aplicativos, o buffet inovador servido em ilhas com pratos criados sob a supervisão do chef Jerome Dardillac, a quantidade de bebidas geladas, comme il faut, e mais um show inesquecível, o de Ludmilla, cuja voz e alegria embalaram os presentes.

Sinto, no entanto, que os fotógrafos presentes se limitaram a fotografar as mesmas pessoas e esqueceram de enviar fotos que demonstrassem a diversidade, que se juntou no quarto andar do hotel. Dos mais sofisticados, com suas máscaras e fantasias criadas para a noite, aos que vestiam calça jeans e camiseta. Tolerar tal comportamento, que pode parecer ferir algum dress code, é instrumento de gestão plural de grandes eventos.

A gestão inovadora foi também demonstrada na feijoada, junto com a Associação dos Embaixadores de Turismo do RJ, no bloco do Tropik. Participar de um

evento com uma fanfarra dos colaboradores do hotel, receber uma camiseta com um quadro do artista francês Philippe Seigle, radicado na Espanha, e durante seis horas ter um serviço de alimentos e bebidas, proporcionando uma feijoada volante, com entradas e sobremesas e muitas vibrações positivas.

O corpo consular também, em que grande parte dos integrantes nutre um carinho especial pelo Rio, deve ser melhor aproveitado e convidado para os grandes eventos. Podem ajudar também na vinda de convidados estrangeiros, que aumentam a visibilidade internacional, já dada por alguns correspondentes estrangeiros e jornalistas que vêm cobrir o evento.

O tardio início dos desfiles do grupo da Liesa, por causa de acordos de transmissão, é outro ponto a ser realinhado. Sair às 4 horas da manhã, em plena madrugada, ocasionou problemas

de segurança, sobretudo roubos e furtos de celulares. Embora o trabalho de segurança do Governo do Estado tenha melhorado, áreas não turísticas, mas residenciais, ficaram descobertas. Agora, três dias de desfile, ainda mais sem chuva, viam para ficar.

Em 2026, quando completo 48 anos dedicados ao Turismo, como um observador, crítico e muito feliz com tantos avanços, sem saber muito bem se em 2027 vou ter vontade de continuar ativo no maior evento do planeta, conclamo todos a festejarem e pensar que o resgate cultural e social proporcionado, o dinheiro novo nas economias locais e uma política de turismo e não partidária são os desafios de verdadeiros profissionais de Turismo.

Bayard Do Coutto Boiteux é professor universitário, pesquisador, autor de inúmeros livros e uma das vozes que acredita e luta pelo Rio (bayardboiteux.com.br).

Reforma Tributária exige atenção com sucessão e governança

Por João Roberto Benites

A Reforma Tributária inaugura um novo ciclo de exigência para o empresário brasileiro, que precisará estar ainda mais atento às questões de gestão, estrutura patrimonial e eficiência tributária. O redesenho do sistema fiscal, aliado ao fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e controle, impõe maior rigor na condução dos negócios e na forma como o patrimônio é organizado. Nesse ambiente, planejamento sucessório e governança passam a requerer mais atenção ainda em empresas de todos os portes, incluindo, de forma especial, as de controle familiar.

O aumento da tributação sobre a pessoa física

e a ampliação da rastreabilidade dos ativos têm levado empresários e famílias a revisitar suas estruturas patrimoniais. A reorganização por meio de holdings, sociedades operacionais e modelos mais sofisticados de governança deixou de ser um privilégio restrito a grandes grupos econômicos. Tornou-se uma necessidade concreta para quem busca previsibilidade jurídica, eficiência operacional e proteção do patrimônio no longo prazo. Minha atuação em conselhos consultivos e de administração tem confirmado o que já entendia ser urgente: esse tema é pauta prioritária nas reuniões de colegiado.

Mais do que mitigar impactos fiscais, esse movimento evidencia riscos estruturais que vinham sendo postergados. A concentração de ativos na pessoa

física expõe o patrimônio a disputas sucessórias, fragiliza a continuidade dos negócios e limita a capacidade de adaptação a um ambiente regulatório cada vez mais complexo. A governança bem desenhada estabelece critérios objetivos de decisão, separa papéis, reduz conflitos e fortalece a instituição acima das vontades individuais.

Impacto no planejamento sucessório de empresas de todo tamanho

O planejamento sucessório, por sua vez, exige uma abordagem ainda mais cuidadosa. Não se trata apenas de transferir o controle entre gerações, mas de preparar lideranças, alinhar expectativas

e assegurar que o comando futuro esteja tecnicamente capacitado. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa indica que cerca de 40% das empresas familiares brasileiras correm o risco de encerrar suas atividades até 2030 pela ausência de um plano sucessório estruturado. O dado revela que o desafio envolve gestão, preparo emocional e alinhamento estratégico, e não apenas a escolha de herdeiros.

Ao mesmo tempo, estudos mostram que empresas familiares que investem em governança e sucessão estruturada apresentam desempenho superior. Levantamento global da consultoria Deloitte aponta que empresas familiares, incluindo mais de uma centena no Brasil, aponta que esses grupos estão se profission-

alizando, ampliando parcerias estratégicas e projetando crescimento robusto no longo prazo.

O estudo é o primeiro da série Defining the Family Business e entrevistou 1.587 empresas familiares no mundo, incluindo 101 no Brasil, entre março e junho de 2025. O faturamento médio dessas companhias supera US\$ 2,8 bilhões.

A projeção aponta, ainda, crescimento robusto no longo prazo. Globalmente, as empresas familiares representam 22% das companhias com receita anual superior a US\$ 100 milhões. A expectativa é de alta de 84% na década até 2030, atingindo US\$ 29 trilhões, superando o crescimento estimado de 59% para não familiares. O número de empresas familiares deve crescer 22%.

A Reforma Tributária chega, portanto, para atuar como um catalisador de uma transformação que já era necessária. Ela acelera decisões, força a revisão de estruturas e expõe a fragilidade de modelos excessivamente centrados na figura do fundador. Empresas que se organizarem agora estarão mais bem posicionadas para preservar patrimônio, garantir continuidade e sustentar crescimento. As que resistirem à mudança enfrentarão um ambiente cada vez menos tolerante à improvisação. Planejar a sucessão e fortalecer a governança não é apenas prudência, é uma decisão estratégica para liderar no ciclo que se inicia.

João Roberto Benites é conselheiro consultivo da Grant Thornton Brasil e do Hospital das Clínicas (SP).

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impresas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

EUA: saldo negativo em investimentos e renda primária

Para manter a tarifa de importação (ainda que reduzida a 10% ou 15%), o presidente dos EUA, Donald Trump, teve de admitir que seu país enfrenta problemas de pagamentos internacionais que podem comprometer a capacidade dos Estados Unidos de financiar seus gastos, como visto na coluna de ontem. Trump também reconheceu o progressivo declínio da economia estadunidense, com queda em investimentos internacionais e renda primária.

Em 2024, o saldo da renda primária se tornou negativo pela primeira vez desde, ao menos, 1960. O saldo positivo ajudou a manter a balança de pagamentos dos EUA, mesmo diante de déficits comerciais grandes e persistentes. “Em 2024, no entanto, o saldo da renda primária tornou-se negativo e, portanto, deixou de servir como contrapeso ao déficit comercial na conta corrente dos Estados Unidos”, admite Trump no documento que impõe a taxa de 10% (que deve subir para 15%) por um período de 150 dias dentro da seção 122 Lei de Comércio de 1974 (19 U.S.C. 2132).

De fato, em 2024, os Estados Unidos mantiveram um déficit em conta corrente de 4% do Produto Interno Bruto (PIB, indicador da economia de um país), quase o dobro do déficit em conta corrente de aproximadamente 2% que prevaleceu entre 2013 e 2019, e maior do que o que prevaleceu de 2019 a 2023. O “impressionante” déficit de 4% representou o maior déficit anual em conta corrente desde 2008.

Não é só. Os investimentos internacionais também vão ladeira abaixo. “Como meus consultores também me informaram, a posição líquida de investimento internacional dos Estados Unidos está em declínio contínuo. De acordo com o BEA (Bureau of Economic Analysis), no final de 2024, a posição líquida de investimento internacional dos Estados Unidos, como percentual do PIB, era negativa em 90%, uma deterioração acentuada em relação à média de -41% na década entre 2010 e 2020.”

“De fato, tanto em termos de dólares americanos quanto como percentual do PIB, isso representa uma das posições líquidas de investimento internacional mais negativas de qualquer país desenvolvido.” Trump diz que “a posição líquida de investimento internacional negativa atipicamente grande dos Estados Unidos mostra que o déficit da balança de pagamentos dos Estados Unidos é grande e grave”.

“Além disso, como meus consultores me informaram, o saldo da renda secundária dos Estados Unidos tem apresentado déficit persistente desde a década de 1960.”

Como não afeta a decretação de tarifas dentro da seção 122, Trump não precisou falar do explosivo risco representado pela dívida pública dos EUA, que passou de US\$ 39 trilhões e caminha para quase US\$ 64 trilhões em 10 anos, segundo o Congressional Budget Office, o órgão técnico e apartidário do Congresso.

Comunicação em expansão

Após registrar um crescimento de 12% em 2025, índice superior à média de aproximadamente 5% do setor, segundo dados da Abracom, a EPR Comunicação Corporativa aposta em nova estrutura para impulsionar uma expansão de cerca de 30% em 2026. Para isso, anunciou a chegada de Marcela Norcia para assumir a posição de Diretora de Novos Negócios e Parcerias.

Rápidas

A Caixa lança processo seletivo para cadastro de reserva de estágio a partir desta sexta-feira *** Marvio Ciribelli recebe o baixista Rogério Fernandes e vocalista Sheila Sá para noite de Sambajazz e Bossa Nova, neste domingo, no Beco das Garrafas (Copacabana).

Governo Central: superávit primário de R\$ 86,9 bi em janeiro

Redução real de 2,2% no resultado positivo

Com arrecadação recorde, o Governo Central - Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - teve superávit primário de R\$ 86,9 bilhões em janeiro deste ano, ante ao resultado positivo de R\$ 85,1 bilhões em janeiro de 2025. O resultado foi divulgado nesta quarta-feira pelo Tesouro Nacional. Apesar do aumento nominal no superávit, em termos reais - descontada a inflação - houve redução real de 2,2% no resultado positivo.

“O resultado conjunto do Tesouro Nacional e do Banco Central foi superavitário em R\$ 107,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou um déficit de R\$ 20,6 bilhões. Comparado a janeiro de 2025, o resultado primário decorreu da combinação de crescimentos reais de 1,2% da receita líquida (R\$ 3,3 bilhões) e de 2,9% das despesas totais (R\$ 5,3 bilhões)”, explicou o Tesouro.

O resultado de janeiro deste ano veio melhor que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado es-

peravam resultado positivo de R\$ 84,7 bilhões no mês. Em 12 meses até janeiro de 2026, o resultado primário do Governo Central tem um déficit de R\$ 62,7 bilhões, equivalente a 0,47% do Produto Interno Bruto.

O resultado primário apresenta a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A meta fiscal estabelecida para 2026 prevê superávit primário de R\$ 34,3 bilhões, excluindo o pagamento de precatórios e despesas autorizadas fora do arcabouço fiscal.

De acordo com a Agência Brasil, as regras fiscais, no entanto, estabelecem um limite de tolerância de 0,25 ponto percentual em relação à meta central. Dessa forma, ela será considerada cumprida se o governo obter resultado primário zero ou até um superávit de R\$ 68,6 bilhões.

Entre os destaques para o crescimento das receitas no mês passado estão: R\$ 3,9 bilhões (3,3%) na arrecadação com o imposto de renda, em especial com rendimentos do trabalho e rendimentos do capital, parcialmente compensados por uma queda no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; R\$ 2,7 bilhões (49,3%) com o Imposto sobre Ope-

rações Financeiras (IOF), decorrente da maior arrecadação com operações de câmbio (saída), operações de crédito e títulos e valores mobiliários; R\$ 2,1 bilhões (43,7%) com outras receitas administradas pela Receita Federal, explicado, entre outros fatores, pelos aumentos das arrecadações relacionadas à participação da União em loterias e aos depósitos judiciais; e R\$ 3,9 bilhões (6,9%) com receita previdenciária, refletindo o dinamismo do mercado de trabalho, o crescimento real dos recolhimentos do Simples Nacional previdenciário e a reoneração da folha.

Porém, houve queda de R\$ 5,1 bilhões (27,4%) com exploração de recursos naturais, influenciado, principalmente, pela queda do preço internacional do barril de petróleo e pela apreciação da taxa de câmbio. Da mesma forma, houve redução de R\$ 1,4 bilhão (15,1%) na arrecadação com Imposto de Importação, associado, especialmente, aos decréscimos do valor em dólar das importações, na taxa média de câmbio e na alíquota média efetiva do imposto.

Outro fator que contribuiu para atenuar o crescimento da receita primária líquida foi o aumento de R\$ 2,9 bilhões

(7,8%) dos repasses dos fundos de participação federativa, que refletiram a dinâmica dos tributos que compõem a base de tais repartições de receitas.

Pelo lado das despesas, os principais aumentos foram: R\$ 4 bilhões (5,3%) em benefícios previdenciários; explicado pelo aumento do número de beneficiários e pelos reajustes reais do salário-mínimo; e R\$ 3,3 bilhões (10,3%) com pessoal e encargos sociais, em função da base de comparação de janeiro de 2025 não refletir os aumentos concedidos ao funcionalismo público, cujos efeitos se efetivaram a partir de maio do ano passado.

Em sentido oposto, compensando parcialmente os aumentos anteriores, houve redução de R\$ 1,5 bilhão (27,1%) nas despesas com abono e seguro desemprego em razão, principalmente, da ausência de pagamentos do seguro-defeso, cujos repasses ocorrerão a partir de fevereiro de 2026.

Também foi registrada queda de R\$ 1,9 bilhão (6,5%) com despesas obrigatórias com controle de fluxo, decorrente, sobretudo, da redução de despesas com o Bolsa Família e dos gastos na função saúde.

Desempenho do Mercado de Seguros, Previdência Privada e Capitalização em 2025

Como examinado anteriormente em cada segmento que compõe o mercado integral de seguros, depreende-se que ele é afetado pelo comportamento daqueles que mais contribuem relativamente para o agregado das receitas. Exemplo máximo é o VGBL, que tinha participação relativa de perto de 43% do total em julho de 2024, para agora situar-se na ordem de 27%.

Na análise de Marcio Serrôa de Araújo Coriolano, economista, ex-presidente da CNseg) e colaborador eventual da Capitolio Consulting, “sabe-se que qualquer movimento do Governo ou da conjuntura da demanda que aumente ou diminua a sua penetração, tem decisiva influência no comportamento do setor de seguros como um todo. Essa assertiva, que também constou dos nossos últimos boletins, é mais importante ainda em vista do que comentamos sobre a incidência do IOF sobre aportes do VGBL.”

Lembra que, pelos dados do fechamento do ano de 2025, que mostram recuperação pelo efeito do mês de dezembro, e a despeito da perda agregada de arrecadação do VGBL, estima-se que o segmento de Danos e Responsabilidades, secundado

pelo segmento de Pessoas, também recuperou sua resiliência. “A presença de maiores riscos da natureza – bem como de roubos e danos ao patrimônio – e as ações proativas das seguradoras devem estar a explicar a melhora do desempenho que alcançou a grande maioria dos ramos de Danos e Responsabilidades e os ramos de vida risco, prestamista e garantias.”

Para Coriolano, sinteticamente, a conclusão geral sobre o desempenho do mercado integral de seguros, previdência privada e capitalização brasileiro é que a variação da arrecadação no regime de 12 meses móveis, que reputamos ser a melhor medida estatística tendencial, voltou a cair para o campo negativo, agora com menos 4,8% ante menos 3,3% em novembro.

“Isso como resultado da taxa negativa contra o mesmo mês de dezembro de 2024, de menos 5,6%. A queda das taxas em 12 meses móveis foi consistente ao longo do ano, chegando a níveis negativos desde setembro. Apenas para comparação, na base do fechamento de 2024 a variação havia sido positiva da ordem de 12,3%”, ressalta.

“Já quando seguimos a

opção analítica agora adotada pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) e, antes, pelo IRB Re (que não considerava a Capitalização) e examinamos o desempenho segregado do chamado mercado segurador “estrito senso”; vale dizer sem o VGBL, sem os planos de previdência privada aberta e com Capitalização, de forma a retirar os seus recentes efeitos trazidos pela nova tributação, temos o seguinte resultado:

I) No mês de dezembro, a arrecadação desse segmento exclusivo de seguros foi de R\$ 23,7 bilhões (61% do mercado integral incluindo o VGBL, os planos de previdência e a Capitalização).

II) No critério de evolução em 12 meses móveis, que, repetimos, é a melhor medida de tendência estatística, houve pequena melhora, passando dos 7,4% de novembro para 7,6% no fechamento do exercício. Isso, pelo aumento, comparativo a novembro, da variação mensal, passando do campo negativo de 10,2% para o positivo de 16,2%. Produzindo, igualmente, aumento comparativo da variação contra igual mês de 2024 para 10%.”

Estima que a plena recuperação da capacidade

de atendimento do mercado de seguros dependerá, de maneira importante, do cenário econômico nacional e das ações regulatórias da Susep, de forma a dar cumprimento célere ao seu planejamento para 2026. Inclusive o destravamento do chamado seguro de vida universal e a flexibilização da oferta de produtos mais aderentes à atual capacidade de pagamento de amplos extratos da população.

“É com base nas particularidades de cada segmento do mercado que pretendemos, aqui, doravante, aumentar a granularidade de cada componente de forma a que se possa contribuir mais para mais análises e projeções de desempenho dos seguros. A Confederação Nacional das Seguradoras – CNseg, recentemente ajustou as suas previsões para este exercício de 2025 e para o de 2026 na mesma linha já antes enunciada por estes nossos Boletins. E, como enfatizado, estamos também nos alinhando para segregar nos nossos Boletins parte exclusiva para demonstrar o mercado segurador “estrito senso”, vale dizer, sem os efeitos da tributação que derrubou diretamente as taxas de evolução do VGBL e, por efeito secundário, dos planos de previdência privada aberta”, argumenta.

REGISTRO
GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

LINHA SAVANA - A Atlântica Cama e Banho está lançando a sua Coleção 2026, batizada de Raízes do Amanhã. A celebração das origens e do legado da tradicional indústria brasileira se une à força viva da natureza, abraçando o novo e transformando tradição em inovação. “Cada peça nasce do algodão nacional, cultivado com respeito à terra, à água e às pessoas que fazem essa história acontecer. É um Brasil que se planta, se colhe e se reinventa, com responsabilidade social e ambiental, valores que estão no DNA da Atlântica”, explica Susy Ogliari, diretora executiva da marca. Um dos destaques da nova coleção é a Linha Savana, que combina opostos, unindo o selvagem ao sereno da natureza. O encontro de elementos opostos é interpretado em perfeita harmonia na linha coordenada de cama. Edredom e Cobre Leito estampados exibem de um lado o floral sutil e orgânico. Em outra face, grafismos remetem à onça, reinterpretada com leveza. A coleção conta ainda com fronhas lisas e estampadas, lençóis e sobre-lençol, nos tamanhos solteiro, casal, queen e king size. O conforto é outro ponto alto da coleção. Em Malha Premium 30/1 100% Algodão, as peças empregam Fios Penteados, que são mais uniformes, macios e duráveis. São 140 g/m². As fronhas tem 4 abas. O sobre lençol vem com dobra feita. Tudo para uma cama posta com máximo conforto e aquela sensação de décor digno de um hotel. A Coleção Savana conta ainda com cobertores e um roupão, com textura alusiva à onça, no tom caramelo. A linha de banho conta com toalhas em Fio Penteado 100% Algodão, com 520 g/m2, no formato Banhão (75 cm x 150 cm). As peças são tumbladas (processo que encorpa o tecido, com volume e maciez ao toque) e pré-lavadas e encolhidas (o que garante que não mudem de tamanho, nas lavagens domésticas). O conceito da coleção está expresso na barra, com formas que remetem à onça, e no corpo das toalhas, com o desenho estilizado de uma flor, símbolo de delicadeza e suavidade.

SBI - A Sociedade Brasileira de Inovação (SBI) destaca que no Índice Global de Inovação de 2025 (IGI), o Brasil aparece na 52ª posição entre as 139 economias que mais inovam, e revela ainda que o país é o segundo lugar nas 21 economias da América Latina e Caribe. Atualmente a inovação aberta é a colaboração e criação de estratégias entre diferentes agentes, como empresas, startups e universidades. Ter uma empresa inovadora é um diferencial competitivo dentro de companhias de todos os portes. Para Stefano Gabriel Levorato, referência no setor de inovação e CIO da Sociedade Brasileira de Inovação (SBI), na prática, os profissionais que desejam se diferenciar e atrair clientes precisam adotar uma cultura de empreendedorismo e inovação nos negócios. É necessário entender o ecossistema que engloba a inovação. Dicas para entender melhor sobre esse conceito e descobrir como inovar no seu negócio: 1 - Saia da zona de conforto, 2 - Estude os seus concorrentes, 3 - Alinhe os objetivos, 4 - Tenha fome de conteúdo, 5 - Incentive a criatividade da sua equipe e 6 - Invista em capacitação.

É NÓIS NA FITA - Com mais de 12 anos de trajetória, 250 atividades realizadas, entre cursos, workshops, palestras e eventos de exibição, 2.500 alunos atendidos e 130 curtas realizados, o projeto É NÓIS NA FITA promove no próximo dia 28 (sábado) a partir das 11h no CineSesc, São Paulo, a Mostra de Encerramento do É Nóis na Fita 2025. O evento marca a transição do ciclo encerrado em dezembro de 2025 para um novo ciclo de atividades, que tem início já em março de 2026. Coordenado pela atriz, diretora e professora Eliana Fonseca, o projeto oferece cursos gratuitos de cinema para jovens de baixa renda de todas as regiões da cidade de São Paulo. A Mostra de Encerramento presencial exhibe oito curtas-metragens de ficção desenvolvidos nos cursos ministrados durante o ano. Já a Mostra Online, que entra no ar no mesmo dia 28, amplia o alcance do evento para todo o Brasil, apresentando, além dos filmes de ficção, três curtas-metragens documentais, totalizando 11 produções disponíveis para o público. Local: CineSesc (Rua Augusta, 2075, Cerqueira César, São Paulo/SP). Entrada livre e gratuita para o público em geral (ingresso a partir de 10h30). Site: www.enoisnafita.com.br

WILLIAMS - A Williams é uma marca de forte presença no segmento musical, que atua com a venda de peles de bateria, baquetas, pads entre outros acessórios musicais. Tem como objetivo oferecer ao público principalmente custo-benefício, com material de qualidade e preço acessível. A empresa, fundada em 2016 por Silvio Toneli, já tem revendedores em 23 países pelo mundo, estando presente no mercado asiático, europeu, norte-americano e sul-americano. Tem a intenção de expandir ainda mais esse número nos próximos anos. Silvio Toneli, CEO da Williams, conta como surgiu a motivação de fundar a empresa. “Fundei a Williams em junho de 2016, de início produzindo peles para bateria e posteriormente acrescentando novos acessórios como as baquetas e percussão latina. Hoje, temos como grande público no Brasil as igrejas, e no exterior, músicos de todos os estilos.” Com o passar dos anos e a comprovação da durabilidade e qualidade dos produtos, a Williams foi se consolidando cada vez mais no mercado e hoje está entre as três marcas de pele de bateria mais vendidas no mundo. “Possuímos um público consumidor bem fidelizado em diversos países, além de termos parcerias com músicos de grande relevância, como o Alexandre Aposan e Josivaldo Santos. Temos uma grande meta para 2026, que é entrar no mercado americano, com uma distribuidora local, até o fim do ano”, completa Silvio.

SP tem a menor taxa de vacância de escritórios em 14 anos

O mercado de escritórios de alto padrão em São Paulo encerrou o ano de 2025 mantendo um ritmo sólido de atividade e atingiu recorde histórico de absorções bruta e líquida, segundo levantamento First Look realizado pela JLL. A taxa de vacância atingiu 14,7% no quarto trimestre, o menor nível registrado em 14 anos, refletindo a continuidade do bom momento do setor.

O preço médio na capital é de R\$ 117/m², 12% a mais do que no ano anterior. Ao todo, foram entregues 84 mil m² em novos empreendimentos na cidade. Outro recorde do período foram as transações de grandes lajes, acima de 10 mil m². Foram feitas 10 locações dentro desse perfil em 2025, maior volume desde 2016.

“Isso corrobora o movimento de fortalecimento do trabalho presencial, que vive uma terceira onda de retomada”, aponta Yara Matsuyama, diretora de Locações da JLL.

Entre os destaques do trimestre está a região Pinheiros/Vila Madalena, que registrou maior absorção líquida do período, impulsionada pela movimentação do Nubank – 15 mil m² no

Edifício Capote 210. Outra grande negociação aconteceu na Marginal Central, que locou aproximadamente 14 mil m² pela Wise.

“O volume de grandes locações mostra que as empresas seguem investindo em espaços corporativos como parte estratégica de seus negócios, priorizando eficiência, localização e ativos de alta performance”, destaca.

O ano de 2026 promete ser agitado, com Copa do Mundo e eleições nacionais. Porém, a expectativa é que esses eventos não interfiram de forma decisiva, levando à manutenção do bom nível de atividade.

“A terceira onda de retorno ao trabalho presencial está forte e deve sustentar a demanda por espaços corporativos de qualidade”, afirma a executiva da JLL.

Estima-se a entrega de cerca de mais 250 mil m² de novo estoque, o que pode gerar ajustes pontuais na taxa de vacância, especialmente em regiões específicas. Ainda assim, a perspectiva é de volume elevado de negociações, absorvendo parte relevante dessa nova oferta.

“Mesmo com a entrada de novo estoque, o mercado segue em um bom

momento. A previsão é de muitas negociações ao longo do ano, com eventuais desacelerações pontuais no período mais próximo às eleições, algo já esperado em anos eleitorais”, completa Matsuyama.

“Trata-se de um mercado maduro, com dinâmica própria e sustentada por fundamentos sólidos, independentemente do calendário político”, finaliza.

Já o mercado residencial da capital paulista passa por uma transição silenciosa, porém estrutural. Tradicionalmente orientado à venda como modelo predominante de negócio, o setor começa a incorporar, de forma mais estratégica, empreendimentos com vocação para renda recorrente – reflexo de mudanças demográficas, da mobilidade urbana e da reconfiguração do comportamento de consumo nas grandes cidades.

Dados do Censo 2022 do IBGE mostram que o percentual de domicílios alugados no Brasil subiu para cerca de 21% do total, o maior patamar da série histórica. Nas grandes capitais, essa participação é ainda mais expressiva. O avanço indica a consolidação da locação como parte perma-

nente do sistema habitacional brasileiro, e não apenas como solução transitória.

Em São Paulo, onde a densidade populacional e a concentração de polos de emprego estimulam a mobilidade constante, esse movimento ganha contornos ainda mais claros. A capital reúne forte presença de jovens profissionais, estudantes e famílias menores, perfis que priorizam localização estratégica, acesso ao transporte público e flexibilidade de moradia.

O Plano Diretor de São Paulo estimula o adensamento em áreas próximas a corredores de transporte público, incentivando tipologias compactas e uso misto. Essa diretriz urbanística reforça um modelo de cidade mais verticalizada e conectada. Nesse cenário, unidades menores tendem a apresentar maior liquidez, tanto para moradia quanto para investimento.

Relatórios de mercado indicam que a rentabilidade bruta média da locação residencial em São Paulo gira entre 5% e 6% ao ano, dependendo da localização e da tipologia, índice que mantém o imóvel competitivo como instrumento de diversificação patrimonial.

Jogos de tabuleiro, cartas e blocos de construção registraram crescimento recorde em 2025

O hábito de incorporar jogos e atividades lúdicas à rotina tem se tornado cada vez mais comum entre jovens e adultos, que buscam nessas experiências uma forma de entretenimento, socialização e pausa na rotina. Dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), com base em levantamentos da Comex Stat, apontam que, em 2025, jogos de tabuleiro e cartas cresceram 16%, enquanto os blocos de construção avançaram 17%.

Estes indicadores revelam uma maturidade do mercado brasileiro, onde o lúdico transita do entretenimento infantil para uma

ferramenta essencial de saúde mental e bem-estar na vida adulta.

Esse movimento acompanha o avanço do público adulto no consumo de brinquedos, que também são conhecidos como kidults. Eles representam uma combinação de nostalgia, bem-estar e expressão de estilo de vida, conquistando cada vez mais visibilidade nas redes sociais e se conectando diretamente com a cultura pop e o universo dos colecionáveis. Estrategicamente, as marcas presentes na Abrin 2026 (principal evento de brinquedos da América Latina) deixaram de tratar o ‘Kidult’ como um nicho para integrá-lo ao core business, elevando o

tíquete médio dos produtos através de designs assinados e licenciamentos icônicos.

Entre os produtos que serão lançados durante a Feira Abrin 2026, principal evento do setor de brinquedos da América Latina, estão os quebra-cabeças da linha “Quadrões”, desenvolvidos em parceria entre a Mimo e a MSP Estúdios. Disponíveis em versões de 500 e 1.000 peças e ilustrados com personagens da Turma da Mônica, os produtos propõem um convite ao foco e à desaceleração, estimulando momentos longe das telas, seja em experiências individuais ou coletivas.

“Hoje, vemos um público adulto cada vez mais presente e relevante para o

setor brinquedista. Esses consumidores buscam nos jogos e nas experiências lúdicas não apenas entretenimento, mas também momentos de pausa, socialização e conexão afetiva, muitas vezes guiados pela nostalgia e pelo desejo de bem-estar. Esse movimento fortalece o mercado e amplia as possibilidades de inovação de forma intergeracional”, afirma Synésio Costa, presidente da Abrinq.

Segundo ele, “em 2025, o faturamento do setor de brinquedos cresceu 1,86% e alcançou R\$ 10,3 bilhões no varejo brasileiro, e esse resultado foi impulsionado pelo público de todas as idades.”

Vendas no varejo devem subir em fevereiro e nos próximos dois meses

Os últimos dados do IAV-IDV (Índice Antecedente de Vendas do Instituto para Desenvolvimento do Varejo) nominal, que considera a participação das atividades no volume total de vendas do comércio varejista medido pelo IBGE, apresenta previsão de crescimento de 2,7% em fevereiro, 6,8% em março e 1,9% em abril, sempre em relação aos mesmos meses do ano anterior. Em janeiro, houve alta de 1,4%. Já os dados apresentados pelo IAV-IDV, ajustados pelo IPCA, apontam queda de 0,9%

em fevereiro, alta de 3,4% e março e nova queda de 1,5% em abril. Em janeiro, houve queda de 3,0% em relação ao mesmo mês de 2025.

“O resultado de janeiro foi influenciado pela intenção de consumo das famílias, medida pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), que cresceu 0,8% ante dezembro, consolidando o terceiro aumento consecutivo. A melhora foi puxada pelo aumento no acesso ao crédito e na avaliação sobre o momento para a compra de

bens de consumo duráveis, principalmente entre as famílias de renda mais baixa”, explica Jorge Gonçalves Filho, presidente do IDV.

O cenário macroeconômico brasileiro para 2026 indica um ambiente de atividade econômica em ritmo moderado, com crescimento do PIB estimado em 1,80%. Esse desempenho reflete, em grande medida, os efeitos defasados da política monetária restritiva ainda vigente, além de um contexto de normalização gradual da demanda doméstica. No campo inflacionário, projeta-

-se que o IPCA acumule alta de 3,95% em 2026. Essa trajetória reflete, por um lado, os impactos do aperto monetário implementado desde anos anteriores e, por outro, a redução das pressões de custos, incluindo a melhora das cadeias globais de suprimentos. Cabe destacar que o IPCA encerrou 2025 em 4,26%, permanecendo abaixo do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o que contribui para um ambiente de maior previsibilidade inflacionária ao longo de 2026.

Expansão da APet em 2026 desafia as incertezas do mercado atual

Mercado de saúde animal no Brasil acelera a passos largos

A entrada de grandes seguradoras e soluções estruturadas como as da APet marca a transição de um setor informal para um ecossistema de proteção aos animais. Enquanto o mercado tradicional de serviços veterinários enfrenta a inflação da saúde que encarece insumos e procedimentos, o modelo de plano de saúde pet oferece ao tutor uma blindagem contra imprevistos.

O ano de 2026 é marcado por desafios macroeconômicos, com a pressão fiscal e os juros. O endividamento público e as taxas de juros elevadas tornam o consumidor mais cauteloso. Mesmo com a projeção de faturamento para 2026 é de R\$ 80 bilhões, com destaque para os serviços veterinários e cuidados especializados, a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação Abinpet), o tu-

tor não deixou de cuidar, mas passou a exigir transparência a credibilidade.

Ao oferecer produtos que combinam qualidade assistencial com a solidez do mercado de seguros, as soluções transformam os desafios macroeconômicos de 2026 em uma oportunidade de fidelização e segurança para os tutores brasileiros.

A integração e os cuidados com a saúde permite que famílias mantenham o cuidado com seus animais sem comprometer o orçamento doméstico. A estratégia da APet, focada em centralidade no cliente e eficiência operacional, atende justamente à lacuna deixada pela inflação de serviços veterinários, que hoje representa cerca de 10,6% do faturamento total do setor pet (Abinpet).

O CEO da APet, Luiz Gênova, reforça que a humanização dos animais sus-

tenta a demanda, mesmo em ciclos econômicos adversos. O avanço tecnológico da medicina veterinária eleva custos e riscos financeiros para tutores sem cobertura. Além disso, a baixa penetração de planos no Brasil indica amplo espaço de expansão. “Enquanto grande parte do mercado opera com coparticipação e rede credenciada, a APet adota o modelo de livre escolha, sem coparticipação e com cobertura nacional. Entendemos que o responsável pelo pet deve ter liberdade para escolher seu veterinário e clínica de confiança”.

Ao atravessar o ciclo de incertezas, a estratégia da APet se apoia em quatro frentes: o protagonismo institucional, com transparência e antecipação a movimentos regulatórios; comunicação clara sobre prevenção e previsibilidade financeira; sustentabilidade

econômica com modelos atuariais responsáveis; e alinhamento à agenda ESG e ao bem-estar animal.

Os desafios de 2026 exigem maturidade estratégica do setor. Para a APet, o momento é de reforçar seu posicionamento como empresa transparente, sustentável e centrada no cliente, mantendo disciplina na execução para sustentar crescimento acelerado e responsável.

O mercado de saúde animal no Brasil acelera a passos largos. O aumento das despesas veterinárias, somado ao envelhecimento dos pets e à nova mentalidade dos donos, molda um cenário de alto potencial. Para Gênova, o objetivo é claro: elevar a penetração atual (hoje em 1%) para 5 milhões de animais cobertos até 2029. “Nosso propósito é tornar o cuidado pet de excelência algo acessível a todos”, concluiu.

Grupo A12+ confirma presença estratégica no 6º Consegnne

O Grupo A12+, referência em inovação e escala para o mercado de seguros, confirma sua participação no 6º Consegnne – Congresso dos Corretores de Seguros do Nordeste. O evento acontece nos dias 13 e 14 de abril, no Centro de Convenções Salvador, na Bahia.

Como um dos destaques da Exposeg, a feira de negócios que integra o congresso, o Grupo A12+

contará com um estande exclusivo, concebido como um ponto de encontro estratégico. No espaço, os congressistas poderão conhecer de perto o ecossistema de gestão e as soluções que vêm transformando o desempenho das corretoras em todo o país.

Para o presidente do Grupo A12+, Renner Fidelis, a participação no evento vai além da exposição de marca e reforça o compromisso com

o fortalecimento da categoria na região. “Participar do Consegnne é uma prioridade para o Grupo A12+. O Nordeste possui um potencial de crescimento extraordinário e corretores extremamente qualificados. Nossa missão em Salvador é mostrar que, por meio da colaboração das soluções que oferecemos, o corretor pode superar os desafios regulatórios e focar no que é essencial: o relacionamento consultivo com o

cliente. Vamos ao evento trocar experiências e construir, juntos, um mercado mais moderno e sustentável.”

O Grupo A12+ reforça seu papel como facilitador dessa transição, levando ao evento sua experiência em unificação de processos, o acesso a mercados e a inteligência de dados, pilares fundamentais para garantir a sustentabilidade das corretoras diante das novas exigências do setor.

Seguro: ferramenta de fidelização e receita recorrente em 2026

Empresas de diversos setores entendem que seguros e assistências, quando bem integrados à jornada do cliente, reduzem a rotatividade e criam fluxos constantes de receita. A estratégia exige operação precisa e transparente. Para empresas de varejo, fintechs, marketplaces e telecomunicações, além de vender, a batalha atual também envolve fidelizar.

O custo para adquirir um novo cliente supera, na maioria dos setores, o investimento necessário para manter um atual. Nos dias de hoje, produtos como seguros de celular, assistências residenciais ou proteções para cartão, tradicionalmente vistos como itens de portfólio, ganham uma nova função na relação com o consumidor: a de laço duradouro.

O desafio, no entanto, está na execução. “Um programa de fidelização baseado em seguros fracassa se a contratação for burocrática, se o cliente não compreender a cobertura que adquiriu ou se o processo de renovação e cobrança apresentar falhas. Uma experiência negativa em qualquer uma dessas etapas pode ter o efeito inverso ao desejado, que acelera a saída do cliente em vez de conquistar sua permanência”, esclarece Rubens Nogueira, cofundador da SSI Massificados, plataforma de sistemas e soluções integradas.

Gerir milhares ou milhões de apólices, com ciclos de pagamento distintos

e a necessidade absoluta de clareza contratual, é uma operação que exige infraestrutura e conhecimento especializado. Muitas empresas identificam o potencial do seguro como diferencial, mas recuam diante do trabalho e do risco operacional para implantar a solução.

É em meio a esses obstáculos que atuam plataformas de integração como a SSI Massificados. Fundada em 2020, a empresa funciona como uma ponte tecnológica que conecta grandes canais de distribuição — como varejistas, operadoras e carteiras digitais — a seguradoras e empresas de assistência. A proposta é entregar uma operação completa e “white label”, que o parceiro pode oferecer como se fosse sua, mas sem a necessidade de construir do zero um departamento técnico, jurídico e de atendimento.

A plataforma automatiza o ciclo completo. “Quando um cliente contrata uma proteção no aplicativo de um parceiro, o sistema processa a adesão, emite os documentos com a linguagem adequada, gerencia os pagamentos recorrentes e cuida da renovação”, detalha Rubens. Para a empresa que vende, a visibilidade é total: relatórios detalhados mostram a performance de vendas, o status das apólices e o fluxo de comissões. Para o cliente final, a experiência é integrada e contínua, o que reforça seu vínculo com a marca que ofereceu a solução.

BDI Realty Empreendimento Imobiliário 03 Ltda. CNPJ/ME 23.805.516/0001-09 - NIRE 33.2.1055594-4 Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 19/02/2026 Em 19/02/2026, às 10h, na sede social. Convocação e Presença: Dispensadas, presença da totalidade do capital social. Mesa: Sr. Fabio Paes Bailune, Presidente; e Sr. Victor Luiz Mazutti Levy, Secretário. Deliberações: (i) Aprovar o cancelamento de 360.000 quotas representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$1,00 cada uma, por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, diminuindo parcialmente, com isso, o patrimônio líquido da Sociedade no importe total de R\$360.000,00, sendo R\$324.000,00 pela sócia Furious Sea, LLC e R\$36.000,00 pela sócia Morro Azul Construções e Comércio Ltda. (ii) aprovar a redução do capital social da Sociedade que passa de R\$10.475.000,00 para R\$10.115.000,00, correspondente a 10.115.000 quotas, no valor de R\$1,00 cada quota. (iii) Aprovar a alteração: “Cláusula 5º: <i>O capital social subscrito é R\$10.115.000,00, dividido 10.115.000 quotas, no valor de R\$1,00, devidamente integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre os sócios: Sócios / Quotas / Valor (R\$): Furious Sea, LLC / 9.103.500 / R\$9.103.500,00; Morro Azul Construções e Comércio Ltda. / 1.011.500/ R\$1.011.500,00; Total / 10.115.000 / R\$10.115.000,00.”</i> (iv) Aprovar a consolidação do Contrato Social. Nada mais. RJ, 19/02/2026.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL - SETD
CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ
AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 001/2026

O CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ inscrito no CNPJ sob o nº 30.121.578/0001-67, com sede situada na Rua da Conceição nº 69 – 24º e 25º andares – Centro, Rio de Janeiro, comunica que realizará Audiência Pública nos termos do artigo 21 da Lei 14.133/2021, franqueada aos interessados, com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições ao objeto da futura e eventual Registro de Preços para a prestação dos serviços de solução integrada de conectividade para rede corporativa privada principal e de redundância, bem como para acesso à Internet, com suporte à tecnologia SD-WAN e múltiplos meios de acesso, incluindo fibra óptica, banda larga, rádio, redes móveis (4G/5G) e satélite geostacionário de baixa órbita, com gestão centralizada, alta disponibilidade, segurança embarcada para continuidade e modernização da Rede Conect@.RJ, contemplando o fornecimento de links de acesso, equipamentos, monitoramento, configuração e suporte técnico, para atendimento da administração pública, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos e nos requisitos da contratação descritos nos Estudos Técnicos Preliminares.

A sessão pública será realizada presencialmente na seguinte data, horário e endereço:

Data: 10/03/2026.
Horário: 11h00 (horário de Brasília).
Endereço: Rua da Conceição, 69, 14º Andar (Auditório do Detran) - Bairo - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20051-011

O período para envio de contribuições será do dia 26/02/2026 até às 18h00 do dia 09/03/2026 (horário de Brasília), por meio do e-mail: audienciapublica@proderj.rj.gov.br.

As informações específicas sobre a matéria, Estudo Técnico Preliminar, bem como as orientações acerca dos procedimentos relacionados à realização e participação da Audiência, estarão disponíveis, na íntegra, no sítio: <https://www.proderj.rj.gov.br>.

Informações e esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo endereço de e-mail audienciapublica@proderj.rj.gov.br.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

EDITAL DE CITAÇÃO
Com o prazo de **20 (vinte dias)**, o MM Juiz de Direito, Dr.(a) Luciana de Oliveira Leal Halbritter - Juiz Titular do Cartório da 6ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, **FAZ SABER** aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Erasmo Braga, 115, 2555 Salas 201 203 205 A CEP: 20020-970 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 2588-2246 e-mail: cap06vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATE 17.03.2016) - Direitos e Deveres do Condômino / Condomínio em Edifício, de nº 0466529-40.2014.8.19.0001, movida por **CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CAMAPUÁ** em face de **JOSÉ AUGUSTO LEITE OLIVEIRA**, CPF 047.680.787-53 e de **VERA LÚCIA DAMASCENO OLIVEIRA**, CPF 060.975.657-55 , objetivando intimação da parte ré para que tome ciência da penhora e avaliação do imóvel situado à Rua Figueiredo Magalhães, 1025 - apto 301 - Copacabana. Assim, pelo presente edital **INTIMA** os réus , que se encontram em lugar incerto e desconhecido, para tomar ciência na forma descrita . Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 18 de junho de 2025. Eu, Fernando Annes Vieira e Silva - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/20477, digitei. E eu, Daniel Pfaender - Subst. do Resp. pelo Expediente - Matr. 01/31327, o subscrevo.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ
COMISSÃO DE PREGÃO - AVISO

O CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ comunica aos interessados sobre o adiamento **SINE DIE** por motivos técnicos do PREGÃO ELETRÔNICO - PE Nº 008/2025, Tipo Menor Preço por Item - (Processo nº SEI-430002/000056/2024), cujo objeto é: Registro de Preços para aquisição de microcomputadores (desktops) e computadores portáteis (notebooks) com garantia de funcionamento on-site por um período de 60 (sessenta) meses e garantia de 36 (trinta e seis) meses para as baterias dos notebooks, e aquisição de Macbooks com garantia de funcionamento on-site padrão de mercado nos termos do fabricante de 12 (doze) meses, na forma estabelecida no Edital e seus anexos. A designação da nova data de abertura do certame será divulgada em momento oportuno.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BELFORD ROXO
Avenida Campinas, 579 – Bairro Vilar Novo – Belford Roxo – RJ
CNPJ 04.211.573/0001-15

EDITAL DE REGISTRO DE CHAPAS
O Presidente da Entidade Sindical e o Presidente da Comissão Eleitoral do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belford Roxo – RJ, comunicam a abertura de prazo de 3 (três) dias iniciando no dia 27/02/2026, terminando no dia 03/03/2026, das 09:00 às 15:00 horas, para impugnações de candidatos conforme artigo 99 do Estatuto Social, a ser apresentada na sede da Entidade Sindical, sito a Avenida Campinas, 579 – Bairro Vilar Novo – Belford Roxo – RJ a partir da publicação desta, respeitando os prazos do artigo 101 do Estatuto Social. Foi inscrita apenas uma chapa, conforme segue. **PRESIDENTE EDILSON GONÇALVES DE AGUIAR, VICE. PRESIDENTE CLÁUDIA REGINA MARIA SANTOS, 1º SECRETÁRIO GERMANO DE OLIVEIRA LIMA, 2º SECRETÁRIO VERA LUCIA DE ARAUJO, 1º TESOUREIRO ELIANE DE SOUZA CORRÊA DOS SANTOS, 2º TESOUREIRO LEONARDO ROCHA, DIR. SOCIAL LUVARDINA GOMES DE OLIVEIRA MATOSO, DIR. REL. TRABALHISTAS JÚLIO CESAR DE SOUZA CORREA, DIR. DIVUL.REL. PÚB. ROBERTO RICARDO DA SILVA MOURA, SUPLENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA: CLAUDIA TEREZA DE GOIS, ILDEBRANDO DA SILVA, SÉRGIO CERINO VIEIRA, JOSÉ DE ARAÚJO, EDMILSON SOARES DA SILVA, CARLOS CHAGAS BARCELAR, PAULO SÉRGIO MENDES DE OLIVEIRA, JORGE LUIZ SIMÕES DIAS, ISMAEL PEREIRA, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL TITULAR: MARCIA MARQUES LIMA, FERNANDO JOSÉ NOGUEIRA DA COSTA, ROBERTO CARLOS SANTOS MELO, SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL: DOMINGOS BARBOSA DE ARAUJO NETO, AMARO ROSA GOMES, ANDERSON ANICETO DA SILVA, CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO TITULARES: EDILSON GONÇALVES DE AGUIAR, GERMANO DE OLIVEIRA LIMA, ROBERTO RICARDO DA SILVA MOURA, LEONARDO ROCHA, FERNANDO JOSÉ NOGUEIRA DA COSTA, ELIANE DE SOUZA CORRÊA DOS SANTOS, CLÁUDIA REGINA MARIA SANTOS, VERA LUCIA DE ARAUJO, PAULO SÉRGIO MENDES DE OLIVEIRA, JULIO CESAR DE SOUZA CORREA, CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO SUPLENTES: CLAUDIA TEREZA DE GOIS, JOSÉ DE ARAÚJO, LUVARDINA GOMES DE OLIVEIRA MATOSO, ANDERSON ANICETO DA SILVA, MARCIA MARQUES LIMA, ROBERTO CARLOS SANTOS MELO, SÉRGIO CERINO VIEIRA, ISMAEL PEREIRA, AMARO ROSA GOMES, ILDEBRANDO DA SILVA. Belford Roxo, 25 de fevereiro de 2026
JOSÉ CARLOS DO SACRAMENTO DE SANTANA
PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL
EDILSON GONÇALVES DE AGUIAR
PRESIDENTE DO SINDICATO**



Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

CNPJ Nº 92.682.038/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024			
<i>(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)</i>			
	Nota	2025	2024
Prêmios emitidos	24a	10.075.839	9.638.789
Variação das provisões técnicas de prêmios		(207.837)	(280.427)
Prêmios ganhos	24	9.868.002	9.358.362
Sinistros ocorridos	24b	(4.787.674)	(4.650.429)
Custos de aquisição	24c	(1.759.386)	(1.596.313)
Outras receitas e (despesas) operacionais	24d	(701.863)	(707.986)
Resultado com resseguro	24e	(7.754)	16.230
Receita com resseguro		34.642	60.149
Despesa com resseguro		(42.396)	(43.919)
Despesas administrativas	24f	(1.596.833)	(1.408.448)
Despesas com tributos	24g	(216.383)	(237.148)
Resultado financeiro	24h	510.233	485.707
Receitas Financeiras		686.795	566.252
Despesas Financeiras		(176.562)	(80.545)
Resultado patrimonial		44.559	38.987
Resultado operacional		1.352.901	1.298.962
Ganhos e perdas com ativos não correntes		7.519	1.124
Resultado antes dos impostos e participações		1.360.420	1.300.086
Imposto de renda	24i	(263.826)	(284.837)
Contribuição social	24i	(164.523)	(178.287)
Participações sobre o resultado		(19.851)	(11.614)
Lucro líquido do exercício		912.220	825.348
Quantidade de ações		354.242	353.818
Lucro por ação - R\$		2.575,13	2.332,69
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.			
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024			
<i>(Em milhares de reais)</i>			
		2025	2024
Lucro líquido do exercício		912.220	825.348
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Resultados não realizados de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		91.940	(43.961)
Efeitos dos impostos		(36.776)	17.584
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Resultados não realizados de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(574)	61
Efeitos dos impostos		230	(24)
Total do resultado abrangente do exercício		967.040	799.008
Atribuível ao controlador		967.040	799.008
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 <i>(Em milhares de reais)</i>			
		2025	2024
Resultado antes dos impostos e participações		1.360.420	1.300.086
Ajustes para			
- Depreciações e amortizações		50.629	37.787
- Reversão das perdas por redução ao valor recuperável dos ativos		213	(201)
- Resultado positivo de equivalência patrimonial		(44.559)	(38.987)
- Perda ou ganho na alienação ou baixa de imobilizado e intangível		3.332	674
- Despesas antecipadas		(3.132)	29
- Custos de aquisição diferidas		(71.594)	(110.232)
- Variações das provisões técnicas		5.945.844	5.966.396
- Provisão para riscos sobre créditos		(31.559)	23.040
- Juros e variação monetária		101.753	31.902
Lucro líquido ajustado do exercício		7.311.347	7.210.494
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):			
- Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado		(998.514)	196.374
- Créditos das operações de seguros e resseguros		(80.411)	(245.382)
- Outros créditos operacionais		361	22.407
- Títulos e créditos a receber		40.402	(150.678)
- Outros valores e bens		(2.169)	(55.839)
- Contas a pagar		114.113	83.455
- Débitos das operações de seguros e resseguros		4.111	49.007
- Depósitos de terceiros		(6.305)	(14.399)
- Provisões técnicas - seguros		(5.743.955)	(5.515.860)
- Outros débitos		(139.464)	75.824
Caixa líquido consumido pelas operações		(6.811.831)	(5.555.091)
- Imposto de renda sobre o lucro pago		(297.469)	(287.678)
- Contribuição de renda sobre o lucro pago		(209.077)	(169.970)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		7.030	1.197.755
Atividades de investimento			
- Dividendos e juros sobre capital próprios recebidos		35.117	25.141
- Aquisição de títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	(474.279)
- Alienação/vencimentos e juros de títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ..		651.653	172.668
- Aquisição de títulos ao custo amortizado		-	(157.192)
- Vencimentos e juros de títulos ao custo amortizado		13.756	169.821
- Aquisição de imobilizado		(1.710)	(1.295)
- Ativo intangível desenvolvido internamente		(191.268)	(98.059)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de investimentos		507.548	(363.195)
Atividades de financiamento			
- Efeitos da transferência de carteira		-	6.316
- Pagamentos de arrendamento		(9.468)	(9.756)
- Dividendos e juros sobre capital próprios pagos		(349.178)	(836.946)
- Aumento/Redução de Capital		(150.000)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(508.646)	(840.386)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		(8.128)	(5.826)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		20.927	26.754
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		12.799	20.928
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		(8.128)	(5.826)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 <i>(Em milhares de reais)</i>						
	Capital social	Aumento/Redução de capital em aprovação	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.958.617	-	218.158	107.527	(154.542)	-
Aumentos de capital:						
AGE de 31/05/2024	-	2.752	-	-	-	2.752
Portaria DIORE/SUSEP nº 35, 23/10/2024	2.752	(2.752)	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(26.340)	(26.340)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	825.348
Dividendos pagos (R\$ 296,41 por ação)	-	-	-	(105.000)	-	825.348
Dividendos pagos antecipadamente (R\$ 1.937,44 por ação)	-	-	-	-	-	(105.000)
Dividendos propostos (R\$ 195,51 por ação)	-	-	-	(1.500)	-	(686.323)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 84,69 por ação)	-	-	-	-	-	(69.257)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	(30.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.961.369	-	259.426	1.027	(180.882)	-
Redução de capital:						
AGE de 31/01/2025	-	(150.000)	-	-	-	(150.000)
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.561 de 09/06/2025	(150.000)	150.000	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	54.820	54.820
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	912.220
Dividendos pagos (R\$ 754,21 por ação)	-	-	-	-	-	912.220
Dividendos propostos (R\$ 1.524,42 por ação)	-	-	-	-	-	(267.172)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 42,34 por ação)	-	-	-	-	-	(480.829)
Juros sobre capital próprio proposto (R\$ 254,06 por ação)	-	-	-	-	-	(15.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	(90.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.811.369	-	305.037	14.635	(126.062)	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS <i>(Em milhares de reais)</i>	
1. Contexto operacional	Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. Receíveis Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda. São reconhecidos inicialmente ao valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou à sua emissão e são mensurados, subsequentemente, ao valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado do exercício. Determinação do valor justo A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma: Quotas em fundos de investimentos O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Operações compromissadas Para a marcação a mercado das operações compromissadas prefixadas com lastro em títulos públicos e prazo superior a um dia útil utiliza-se ETTJ, na qual é adotada a taxa SELIC divulgada diariamente até a data da próxima reunião do Copom e para os prazos posteriores à reunião são adotadas as taxas <i>Swap</i> DI vs Prê, divulgadas pela B3. Títulos Públicos Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Ações e Fundos Imobiliários Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3). Títulos privados – Certificado de Recebíveis Imobiliários e Letras Financeiras A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Recebíveis Imobiliários e Letras Financeiras adotada pela Companhia leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O <i>spread</i> de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contratos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O <i>spread</i> de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias uteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do <i>spread</i> por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado. Debêntures São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP). O risco de crédito do emissor é considerado no cálculo da precificação do ativo. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros A Companhia avalia, através de estudo, perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais). Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada. Avaliamos o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Companhia espera reaver, descontados pela taxa efetiva de juros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas esperadas para a vida inteira é aplicada quando um ativo financeiro, na data de relatório, tiver aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicada quando o risco de crédito não tiver aumento significativo desde o seu reconhecimento inicial. A Companhia pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente, quando o ativo tiver baixo risco de crédito na data do relatório. Com relação aos Títulos Públicos, a Companhia desenvolveu internamente um estudo para avaliação do risco de crédito desses títulos, que demonstra que a perda esperada é igual a zero para os próximos 12 meses, isto é, não há necessidade de provisão para perdas de crédito. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente, para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real. Após o reconhecimento da perda de crédito esperada, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, sobre o valor contábil bruto da provisão, exceto para ativos com problema de recuperação de crédito, nos quais a taxa mencionada é aplicada ao valor contábil líquido de provisão. A totalidade, ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada, quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado do exercício.
g. Redução ao valor recuperável (impairment) de recebíveis	A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber e cosseguro aceito com base em estudo



Monitor Mercantil



ISSN 1980-9123
Siga: twitter.com/sigamonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

25 de fevereiro de 2026 • Ano CVII • Número 30.046

EDIÇÃO NACIONAL • R\$ 3,00



GUERRA E PAZ NO SÉCULO 21

A crise geopolítica global e a reconfiguração das disputas de poder.
Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**



MESTRE CICA E TÂNIA MARIA

Dois personagens que são a cara de um Brasil bonito, simples e sem afetação.
Por Philipe Deschamps, **página 4**



TRUMP ADMITE: EUA ESTÃO QUEBRADOS

Lei de 1974 permite tarifas se país estiver em grave crise de pagamentos.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

CPI questiona Meta sobre lucros com crime e golpes

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado do Senado questionou, nesta terça-feira, a empresa Meta – dona do Whatsapp, Facebook e Instagram – sobre os ganhos econômicos que a multinacional dos Estados Unidos teria com a prática de crimes nas plataformas digitais.

O relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), ressaltou que os lucros com anúncios de golpes e fraudes praticados na internet geram bilhões de dólares em receitas, dinheiro que incentivaria a manutenção desses conteúdos nas plataformas.

O senador havia pedido a oitiva do diretor-geral da Meta no Brasil, Conrado Leister, para ter mais informações sobre notícias

Investimento estrangeiro cresce e déficit externo cai

Contas externas do Brasil apresentam melhora

As contas externas do Brasil tiveram saldo negativo de US\$ 8,360 bilhões em janeiro, informou nesta terça-feira o Banco Central. No mesmo mês de 2025, o déficit havia sido de US\$ 9,809 bilhões. As transações correntes são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, o déficit externo está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país (IDP), que somou US\$ 8,168 bilhões em janeiro deste ano, ante US\$ 6,708 bilhões em igual mês de 2025.

Mônica Araújo, economista

ma US\$ 79,1 bilhões, ou 3,42% do PIB, o que representa uma participação relevante dado que compensa o déficit em conta-corrente que vem apresentando elevação nos últimos anos”. No período encerrado em janeiro de 2025, o valor equivalia a 3,37% do PIB.

A expectativa da economista é de que o investimento direto se mantenha relevante e crescente esse ano e nos próximos “diante das oportunidades que o Brasil apresenta em vários setores estratégicos para os investidores estrangeiros de longo prazo, em especial em infraestrutura geral, mercado consumidor robusto e terras-raras.

A melhora nas contas externas

do Rocha, esse aumento se deve à redução de importações, “bastante generalizada” em todos os setores, o que reflete a desaceleração da atividade econômica no país.

Houve redução de US\$ 581 milhões no déficit da venda de serviços. Em contrapartida, foi registrado aumento de US\$ 1,3 bilhão no déficit em renda primária, que contabiliza o pagamento de juros e lucros, além de dividendos de empresas.

Nos 12 meses encerrados em janeiro, o déficit em transações correntes somou US\$ 67,551 bilhões, o que corresponde a 2,92% do Produto Interno Bruto. Em relação ao período equivalente terminado em janeiro de 2025, houve redução no déficit externo

Cinturão e Rota já mobilizou US\$ 1 tri em investimentos

Ao longo de mais de uma década de cooperação da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, na sigla em inglês), quase US\$ 1 trilhão em investimentos foram mobilizados, pelo menos 500 mil empregos foram criados nos países parceiros, e a iniciativa se tornou um “caminho para a redução da pobreza” e para “a felicidade”.

É o que mostra o relatório intitulado “Defendendo a Justiça Internacional e Abordando Conjuntamente a Turbulência Mundial – Focando na Solução da China para a Governança Global”, divulgado pelo Instituto Xinhua, um think tank afiliado à agência de notícias chinesa Xinhua.

“A China promove vigorosamente a cooperação para o desenvolvimento, aproveitando plata-

PARANAÍBA

TRANSMISSORA

DE ENERGIA S.A.



PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 17.553.029/0001-01



usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles

internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Rio de Janeiro, 11/02/2026.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC 2SP-015199/F

Pia Leocádia de Avellar Peralta

Contadora

CRC RJ-101080/O



Música
noMuseu

Concertos de verão

Janeiro - fevereiro- março



Sônia Madrugá

Consultoria

Produção

Apoio













Melhores condições para negócios e investimentos em turismo

No SE, apenas Vitória está entre as 5 capitais brasileiras preferidas

Florianópolis, Vitória, Brasília, Natal e Belém foram as cidades citadas na segunda edição do Índice de Favorabilidade para o Turismo (IFT-GKS), uma ferramenta de análise territorial desenvolvida pelo Grupo GKS para mensurar e comparar o potencial turístico das capitais brasileiras. A razão é que elas apresentam a melhor combinação de condições sociais, econômicas, turísticas e de sustentabilidade para o desenvolvimento de negócios no setor de turismo.

O índice avalia dimensões como infraestrutura, segurança, acesso, serviços, atrativos culturais e ambiente de negócios. “O objetivo é fornecer um diagnóstico que auxilie gestores públicos e investidores privados na tomada de decisões estratégicas”, destaca o Grupo-GKS

Entre os destaques regionais, Florianópolis lidera no Sul, Vitória no Sudeste, Brasília no Centro-Oeste, Natal no Nordeste e

Belém na Região Norte. Florianópolis puxa o ranking com 73 pontos de 100 possíveis. Em seguida, aparecem Vitória e Curitiba, que registraram avanços expressivos em relação à edição anterior. São Paulo e Brasília completam o top 5, com desempenhos consistentes e pontuações acima de 69 pontos.

Para Mariana Aldrigui, pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) e integrante do conselho técnico do IFT-GKS, “o Brasil precisa rapidamente atualizar seu conceito de ‘interesse turístico’, oferecendo informações importantes para potenciais investidores que estejam comprometidos com a melhoria dos destinos em todos os seus aspectos, e não somente na identificação de uma paisagem paradisíaca. É fundamental que os gestores públicos consigam advogar por melhoria na qualidade de vida da população local”.

O IFT-GKS considerou onze variáveis que foram agrupadas em quatro dimensões: social,

econômica, de sustentabilidade e de infraestrutura de turismo. A dimensão social considerou elementos de violência, acesso à saúde, acesso a esgoto e nível educacional da população. Já a dimensão econômica verificou a relação de beneficiários do Bolsa Família com estoque de empregos, renda média e densidade de acesso à banda larga. Para cada uma das variáveis, foi criado um ranking com pontuação de 1 a 10 pontos possíveis, sendo que a capital com o melhor índice recebe 10 pontos e as demais são ranqueadas relativamente ao líder do ranking. Florianópolis lidera o ranking nacional nesta edição do índice, com 73 pontos de 100 possíveis. Em seguida, aparecem Vitória e Curitiba, que registraram avanços expressivos em relação à edição anterior. São Paulo e Brasília completam o top 5, com desempenhos consistentes e pontuações acima de 69 pontos.

Novas dimensões

Ao longo de 2025, os especialistas envolvidos na elaboração do IFT-GKS atualizaram dados e incluíram aspectos ligados à sustentabilidade com objetivo de ampliar a compreensão dos

efeitos do turismo nos destinos, especialmente em relação à qualidade de vida dos residentes. Na categoria sustentabilidade foram incluídos dados sobre a vulnerabilidade climática de cada capital e o volume relativo de parques e praças em áreas urbanas. Por último, a dimensão Turismo analisou a disponibilidade de leitos em meios de hospedagem e tarifa média para chegar ao destino. Para fins de cálculo do ranking, a dimensão turismo recebeu peso 75% maior que as demais dimensões.

O economista Guilherme Dietze, presidente do Conselho de Turismo Fecomercio de São Paulo e integrante do conselho técnico do IFT-GKS destaca

que “o IFT-GKS apresenta um tratamento estatístico rigoroso, com variáveis criteriosamente selecionadas, a fim de oferecer uma análise abrangente e precisa das condições de investimento no setor de turismo. Além disso, contempla temas correlatos, como segurança e sustentabilidade. O índice pode servir como um importante instrumento de orientação para gestores públicos, permitindo a identificação ágil de problemas e a implementação de medidas corretivas de forma eficiente”.

Cassio Garkalns, CEO da GKS, afirma que empresários e governantes podem encontrar, em projetos de turismo, uma ótima opção de investimento, e nossa intenção é poder subsidiar tais decisões com dados bem fundamentados e confiáveis. Ele informa que o ranking será atualizado semestralmente com objetivo de manter o mercado atento às oportunidades no turismo.

ANS concede portabilidade especial para clientes de sete operadoras

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou no Diário Oficial da União a concessão de prazo para portabilidade especial de carências para os clientes das operadoras Atitude Saúde Assistência Médica Ltda (registro ANS 42.215-1), Mais Saúde S/A (41.951-6), Planodente Ltda. (41.651-7), Universal Plano Odontológico Ltda. (41.334), Associação Beneficente dos Professores Públicos Ativos e Inativos do Rio de Janeiro – (38.254-0), Serviço de Assistência Médica da Ilha do Governador Ltda. (34.016-2) e Sociedade Benecap de Assistência à Saúde (41.589-8). A partir dessa data, os usuários dos planos têm até 60 dias – 24/4/2026 – para ingressar em um novo plano à sua escolha.

De acordo com a ANS, os clientes poderão contratar qualquer plano disponível no mercado sem cumprir novos períodos de carências ou cobertura parcial temporária. Caso ainda estejam

em carência no plano atual, o período remanescente poderá ser cumprido na nova operadora. Na portabilidade especial de carências os beneficiários podem escolher qualquer plano em comercialização, independente do seu preço, em qualquer outra operadora.

Para auxiliar nessa decisão a agência disponibiliza em seu portal o Guia ANS de Planos de Saúde, que aponta ao consumidor os planos disponíveis para contratação e exercício da portabilidade de carências. A ANS não participa diretamente da contratação de planos de saúde. Para fazer uso do benefício, os interessados devem se dirigir diretamente à operadora escolhida portando o comprovante de pagamento de três mensalidades na operadora de origem referentes ao período dos últimos seis meses.

A portabilidade deve ser realizada pelos mesmos canais que a operadora disponibiliza para a contratação de planos de saúde. Exemplo: se a operadora do plano

de destino ou a administradora de benefícios responsável pelo plano de destino oferecer a contratação eletrônica de planos de saúde, a realização da portabilidade de carências também deverá ser disponibilizada por via eletrônica.

As regras gerais para o exercício da portabilidade de carências estão atualmente dispostos na Resolução Normativa nº 438/2018 e no portal da ANS estão disponíveis na cartilha que explica a portabilidade de forma didática e acessível. Clique a acesse.

Planos coletivos

As pessoas jurídicas contratantes de planos coletivos empresariais e coletivos por adesão deverão escolher outras operadoras para prestarem a assistência à saúde à sua carteira de beneficiários. Caso optem pela portabilidade especial, os beneficiários de planos coletivos poderão exercer, individualmente, seu direito à troca de operadora e mudar para um novo

contrato de plano de saúde individual ou coletivo para o qual sejam elegíveis.

No caso de contrato firmado por Empresário Individual, o contratante é uma Pessoa Física. Neste caso, o empresário individual pode exercer a sua portabilidade de carência individual no mesmo ato da contratação do novo plano empresarial, bem como na contratação de plano individual ou familiar.

A portabilidade de carências é um direito individual concedido aos beneficiários de planos de saúde, independentemente do tipo de contratação do plano (individual, coletivo empresarial ou coletivo por adesão). A portabilidade de carências não pode ser exercida por pessoas jurídicas (PJ), pois não há previsão normativa para a portabilidade de contratos.

Quando o plano de destino for de contratação coletiva, o contrato celebrado entre a operadora e a pessoa jurídica (PJ) deverá estar vigente, para que os beneficiários

interessados possam, individualmente, aderir ao contrato utilizando-se do benefício da Portabilidade de Carências. · Nestes casos o beneficiário deverá comprovar sua elegibilidade para ingressar no plano atestando seu vínculo com a pessoa jurídica contratante e, também, o seu direito a Portabilidade de Carências de acordo com os critérios atinentes à sua motivação.

A ANS alerta que é proibido qualquer tipo de cobrança adicional para a realização da portabilidade de carências. Além disso, o preço dos planos deve ser o mesmo para o beneficiário que realizou portabilidade e para o beneficiário que contratou o plano sem portabilidade. “· Se uma operadora impedir qualquer beneficiário que atenda todos os requisitos de exercer seu direito a portabilidade de carências, essa atitude será considerada como obstrução da portabilidade e deverá ser relatada à ANS para apuração de possível irregularidade”.

Vale atualiza suas projeções sobre fluxo de caixa para o período 2026-2030

Vale refez suas estimativas referentes a sensibilidade de fluxo de caixa livre e ao cronograma de investimentos de capital de projetos de cobre. O cronograma de investimentos de projetos de cobre para os próximos anos que envolve a região de Carajás foi reformulado com as seguintes projeções: US\$ 0,3 bilhão em 2026; US\$ 0,4 bilhões em 2027; US\$ 0,8 bilhões em 2028; US\$ 0,9 bilhão em 2029 e US\$ 1,1 bilhão em 2030, totalizando US\$ 3,5 bilhões no período de 2026-2030. A sensibilidade de

fluxo de caixa é uma técnica de análise financeira que mede como mudanças em variáveis específicas (como volume de vendas, custos ou taxas de juros) e impacta a entrada e saída de dinheiro de uma empresa. A região de Carajás, no sudeste do Pará, é um dos principais polos minerais do mundo, composto por 7 municípios, incluindo Marabá e Parauapebas. Essa região é um local de extração de ferro, manganês e cobre pela Vale.

“Essas estimativas consideram os investimentos planejados para

o desenvolvimento dos projetos de crescimento de cobre na região de Carajás e incluem o projeto de Bacaba que se encontra em implementação”, informou em fato relevante Marcelo Feriozzi Bacci, vice-presidente executivo de finanças e relações com investidores da Vale.

A sensibilidade do fluxo de caixa livre da Vale Base Metals (subsidiária da mineradora, voltada para a produção de minerais não ferrosos, incluindo as operações de níquel e cobre). totaliza aproximadamente US\$

1.1 bilhão em 2026, em termos reais, baseado na curva futura de preços, com os preços de cobre variando entre US\$ 12.738 e 12.870 por tonelada de março a dezembro e os preços de níquel variando entre US\$ 17.133 e 17.691 por tonelada no mesmo período. Já a sensibilidade do fluxo de caixa livre para o acionista (FCFE) da companhia totaliza US\$ 4,6-5,7 bilhões em 2026, em termos reais, representando um FCFE yield de 7.0-8.5%, com base nas seguintes premissas: consenso de EBITDA pro-

forma de 2026 de analistas sell side de US\$ 17,5 bilhões; (b) Capex de US\$ 5,4-5.7 bilhões; (c) US\$ 2,1-2,5 bilhões em despesas financeiras líquidas e impostos; (d)US\$ 0,7 bilhões em despesas incorridas relacionadas a Brumadinho e descaracterização de barragens; (e) US\$ 0,9-1,1 bilhão de Coligadas e JVs; e (f) US\$ 2,7-2,9 bilhões para outros desembolsos, como pagamentos de juros sobre debêntures participativas, contratos de concessão ferroviária, transações de streaming e outros.